

# ECONOMIA

## ALÉM DA NOTÍCIA

### *Economia - Brasil* **Ajustamento pra valer**

**E**ntramos numa semana crucial para a definição de nossas contas externas neste e nos próximos dois anos em que estará em vigor o acordo ampliado e assinado com o Fundo Monetário Internacional. A presença, no País, de duas missões representativas dos credores — o FMI e os bancos internacionais — com uma nova abordagem do problema, ou seja, assumindo a iniciativa das negociações e das proposições, e impondo condições inclusive em matéria de interlocutores, uma consequência do visível fracasso dos “programas” montados pelas autoridades brasileiras no final do ano passado, com a característica de singularidade, que ingênua e teimosamente continuamos reivindicando para nossas ações, é uma prova de que chegou a hora da decisão.

Em Washington, junto ao board do FMI; os dois líderes da missão técnica ora no País, discutem o “impasse” registrado nas negociações com técnicos brasileiros, em torno da metodologia ou da abrangência do cálculo do déficit do setor público. Aparentemente não há como aplicar, diante de regras que são comuns aos 125 países-membros da instituição, o “jeitinho” brasileiro que muitas vezes funcionou em nossas relações com o sistema financeiro internacional, mas que agora, quando a crise se tornou ostensiva, parece ter-se esgotado por si mesmo.

Não há dúvida de que teremos de enfrentar, afinal, uma realidade que desde setembro do ano passado teimamos em desconhecer: o ajustamento terá de ser feito nos moldes da receita ou purgante, do FMI, prescrito para outros devedores importantes, econômica e politicamente, como o México e a Argentina, estes dois com a vantagem da posição de exportadores líquidos de petróleo, ou marchando para isso, como é o caso argentino.

A advertência do ex-ministro Mário Henrique Simonsen de que devemos planejar nosso empobrecimento, a fim de que o ônus do ajustamento seja distribuído de forma proporcional, afetando menos os detentores de menor renda e que vivem de salários e mais aqueles que se beneficiam da crise através do mercado financeiro, deve ser levada em conta pelos gestores da política econômica como algo inarredável.

O fato é que todos os segmentos da sociedade parecem ter, pela primeira vez, se apercebido da gravidade da crise, como bem demonstra a discussão, até nos meios operários e nos economistas e políticos da oposição, em torno de questões como o expurgo nos índices e a legislação salarial. O problema fundamental é distribuir equitativamente, o peso da carga, para que não haja favorecimento e todos possam pagar um preço de acordo com suas possibilidades. A retirada dos subsídios aos produtos importados, como o petróleo e o trigo, já começa a pesar no orçamento do assalariado, mas ainda não se conhece qual o sacrifício a ser imposto aos poderosos.

**MILANO LOPES**